

ARQUEOLOGIA EM PORTUGAL

150 anos



ASSOCIAÇÃO
DOS ARQUEÓLOGOS
PORTUGUESES
1863-2013

Patrocinador oficial
FUNDAÇÃO MILLENIUM BCP

Coordenação editorial: José Morais Arnaud, Andrea Martins, César Neves
Design gráfico: Flatland Design

Produção: DPI Cromotipo – Oficina de Artes Gráficas, Lda.
Tiragem: 400 exemplares
Depósito Legal: 366919/13
ISBN: 978-972-9451-52-2

Associação dos Arqueólogos Portugueses
Lisboa, 2013

O conteúdo dos artigos é da inteira responsabilidade dos autores. Sendo assim a Associação dos Arqueólogos Portugueses declina qualquer responsabilidade por eventuais equívocos ou questões de ordem ética e legal.

Os desenhos da primeira e última páginas são, respectivamente, da autoria de Sara Cura e Carlos Boavida.

Patrocinador oficial



Apoio institucional



A PINTURA RUPESTRE ESQUEMÁTICA EM PORTUGAL: MUITOS SÍTIOS, MESMAS PESSOAS?

Andrea Martins / Associação Arqueólogos Portugueses / andrea.arte@gmail.com

RESUMO

Actualmente conhecem-se no nosso território cerca de 65 sítios com pintura rupestre esquemática. A iconografia presente nestes sítios, apesar de mostrar algumas variações regionais, é na sua maioria muito homogénea, resultante do seu enquadramento no universo conceptual das comunidades que habitaram estes territórios durante a pré-história recente. Através da análise iconográfica, tipológica e de implantação destes abrigos foram definidos dois grandes períodos crono-culturais, o primeiro (Arte Esquemática Semi-Naturalista) no momento de emergência das primeiras comunidades agro-pastoris, e o segundo (Arte Esquemática Ideográfica), numa época de consolidação e domínio efectivo do território.

ABSTRACT

Currently, there are about 65 sites with schematic rock art in the Portuguese territory. The iconography present in these sites, despite showing some regional variations, it is very homogeneous. This fact results from its integration within the conceptual universe of the communities who lived in these territories, during the recent prehistory. Through the iconographic and typological analysis of these schematic rock painting shelters, were defined two large chrono-cultural periods: 1^o – Semi-Naturalist Schematic Art – at the moment of the emergence of the first agro-pastoralist communities; 2^o – Ideographic Schematic Art – at the moment of consolidation and effective control of the territory.

1. A PINTURA RUPESTRE ESQUEMÁTICA: O CONTEXTO PENINSULAR

A Pintura Rupestre Esquemática (PRE) encontra-se em praticamente todo o território peninsular, existindo numerosos estudos e publicações sobre sítios arqueológicos singulares ou regiões abordadas no seu todo. Esta proliferação de estudos é dominante no território espanhol, devido não só a um maior número de investigadores, mas principalmente à maior quantidade de sítios com arte esquemática (o que, por sua vez, é proporcional à área geográfica deste País, mas também devido a condições geomorfológicas que permitiram a existência e conservação dos abrigos). A sua existência e distribuição actual terá de ser encarada em função de diversos factores que funcionam como condicionantes, sejam geológicas e geomorfológicas, sejam de acções antrópicas destrutivas ou a existência de trabalhos de prospecção intensiva que permitiram a sua in-

ventariação sistemática em regiões particulares. Encontra-se concentrada nas cordilheiras centrais da Serra Morena e cadeias montanhosas dos vales do Tejo, Guadiana, Guadalquivir e Douro, surgindo também na faixa cantábrica, na Meseta Norte e em toda a área levantina (Moure Romanillo, 1999: 158). A arte rupestre pós-paleolítica do Levante espanhol foi, no mesmo ano que o Vale do Côa (na reunião de Kyoto em 1998), incluída na lista de Património Mundial, denominando-se *Arte Rupestre Postpaleolítica no Arco Mediterrânico da Península Ibérica*, englobando os diferentes estilos existentes em seis comunidades. Desde então foi efectuado um exaustivo trabalho de levantamento, catalogação, prospecção, conservação e investigação, levando a que outras áreas geográficas onde exista arte levantina ou esquemática passem a fazer parte desta rede. A cooperação entre as várias comunidades (destacando-se o papel das universidades), com a criação de inúmeras publicações, centros de investigação e de

divulgação, congressos temáticos, cursos, Parques Culturais, levou a que a arte do Arco Mediterrânico conhecesse divulgação e projecção a nível mundial. Nas últimas décadas assistiu-se a um crescimento exponencial de investigadores de arte rupestre em Espanha, com inúmeras teses de doutoramento sobre aspectos específicos e inovadores dos estudos de arte rupestre (Hernández Pérez, 2009: 62). Esta situação foi possível pois os responsáveis decidiram apostar na formação, na partilha do conhecimento científico e na abertura a novos investigadores para o estudo dos inúmeros sítios com arte pós-paleolítica. Em Portugal, e apesar das gravuras do Côa terem provocado uma revolução no sistema administrativo patrimonial, a nível científico não houve esta abertura e esta criação de nova massa crítica, de novos investigadores (com pequeníssimas excepções), situação criada pelas universidades e por dirigentes, que simplesmente não cooperaram. Torna-se, aliás, necessário efectuar uma cooperação entre investigadores portugueses e espanhóis, criando uma rede de informação científica e organizando um corpus com os sítios com PRE, procurando assim conhecer a nível peninsular os processos de difusão do fenómeno esquemático.

2. A PINTURA RUPESTRE ESQUEMÁTICA EM PORTUGAL: DO SÉCULO XVIII À ACTUALIDADE¹

A suspensão da construção da barragem de Foz Côa para preservar as gravuras daquele vale foi um acontecimento único que marcou a arqueologia e a política portuguesa. Porém, não foi a primeira vez que um sítio com arte rupestre levou a alterações de projectos, sendo também discutido e defendido abertamente no seio da Associação dos Arqueólogos Portugueses. Na realidade, em finais do século XIX, a existência das pinturas esquemáticas do Cachão da Rapa levaram à construção do túnel da Alegria, que não se encontrava planeado, na então recém-construída linha ferroviária do Douro, preservando assim o maciço rochoso onde se encontra o painel historiado. A destruição do Cachão

1. As limitações de espaço levaram-nos a apresentar de forma sucinta e sintética os abrigos com PRE existentes em Portugal, tornando-se numa listagem que futuramente será apresentada de forma detalhada num trabalho académico em elaboração.

da Rapa esteve então iminente com a construção da linha férrea e, como refere Possidónio da Silva, “esta singularíssima antiguidade estava condenada a ser destruída, conforme o costume que há entre nós de arrazar tudo o que pertence a épocas remotas. O caminho-de-ferro devia atravessar n’esse ponto, e portanto irremissivelmente havia de sacrificar-se o penhasco, muito embora se desprezasse um dos mais importantes monumentos archeologicos de Portugal. Por fortuna, um digno Par do Reino, alto apreciador das antiguidades nacionais, o senhor Visconde de Seabra, conseguiu da sua câmara recomendar ao Governo que evitasse tal vandalismo, o que se cumpriu, sendo ordenada uma alteração na directriz da linha” (Silva, 1887). Efectuava-se assim a primeira acção de salvaguarda e preservação de um sítio de arte rupestre em Portugal, e neste caso, de um sítio com pinturas esquemáticas.

No nosso território encontram-se identificados 65 sítios² com pinturas rupestres esquemáticas, distribuindo-se desde Trás-os-Montes até ao Alto Alentejo, existindo diversos núcleos geográficos.

(Tabela 1)

Verifica-se uma grande concentração de abrigos com PRE no norte de Portugal, situação esta que poderá ser entendida por questões geológicas e geomorfológicas, bem como por processos tafonómicos específicos, que, conjuntamente, permitiram índices relativamente elevados de conservação das pinturas. Por outro lado, as prospecções intensivas realizadas por diversos investigadores (destacando-se os trabalhos desenvolvidos por M. Jesus Sanches e os da equipa do extinto CNART e actual PAVC) levaram à identificação destes abrigos, situação que não ocorre em outras áreas do nosso território onde as mesmas condições favoráveis se poderão repetir. Os numerosos trabalhos de minimização efectuados em Trás-os-Montes nos últimos anos, destacando-se os relacionados com construção de infraestruturas hidroeléctricas, também contribuíram para a identificação de novos abrigos com PRE, que, infelizmente, não se encontram ainda devidamente estudados e divulgados.

2. Estes 65 sítios foram identificados através de referências bibliográficas, consulta de processos no Arquivo Português de Arqueologia, internet e referências orais. Optou-se (devido ao espaço disponível) por não apresentar as referências bibliográficas de cada sítio mas apenas o respectivo CNS (em alguns casos não apresentam CNS atribuído).

Tabela 1

Sítio	Identificação	Área Geográfica	Implantação	Iconografia	CNS	Observações
1 – Cachão da Rapa	1706 (?)	Trás-os-Montes – Rio Douro	Junto da margem direita do rio Douro, num maciço granítico	Motivos geométricos: reticulados e quadrados. Recurso bicromia	186	1738 – 1ª reprodução por D. Jerónimo Contador de Argote
2 – Lapa dos Gaivões	1914 (?), divulgada em 1916 – Aurélio Cabrera	Alto-Alentejo	Grande abrigo aberto em maciço quartzítico, com amplo domínio visual sobre a planície alentejana.	Definidos 10 painéis, com iconografia muito diversa: antropomorfos, zoomorfos, motivos geométricos. Diversas cenas.	758	Henri Breuil realizou o primeiro estudo monográfico (Breuil, 1933-1935).
3 – Pala Pinta	1921 – Horácio Mesquita	Trás-os-Montes	Grande abrigo em maciço granítico com amplo domínio visual.	Motivos soliformes, digitações, pontos, ramiforme e antropomorfo.	992	
4 – Lapa dos Louções	1957 (?) 1960 – O. da Veiga Ferreira e L. Albuquerque e Castro	Alto-Alentejo	Diacrise do maciço quartzítico, de reduzidas dimensões, destacado visualmente na paisagem.	Motivos geométricos: reticulados, barras; antropomorfo.	32795	
5 – Igreja dos Mouros	1957 (?) 1960 – O. da Veiga Ferreira e L. Albuquerque e Castro	Alto-Alentejo	Abrigo de grandes dimensões, com amplo domínio visual.	Antropomorfos, reticulado e ramiformes.	1621	Com preenchimento sedimentar.
6 – Penas Róias	1981 – António Maria Moutinho	Trás-os-Montes	Pequeno abrigo localizado em destacado maciço granítico, com amplo domínio visual.	Antropomorfos, motivos geométricos, reticulados, digitações e barras.	4787	
7 – Fraga d’Aia	1982 – Agostinho Campos Ferreira	Beira Alta	Pequeno abrigo granítico localizado em plataforma sobranceira ao rio Távora. Amplo domínio visual.	Antropomorfos, manchas de pigmento e zoomorfos, sendo o cervídeo de grandes dimensões.	3401	Abrigo com preenchimento sedimentar – Neolítico final – Calcolítico.
8 a 16 – Abrigos do Regato das Bouças	Década de 1980 – Maria de Jesus Sanches	Trás-os-Montes	Vários pequenos abrigos localizados na Serra de Passos, excepto o Buraco da Pala que se destaca visualmente na paisagem, tendo amplo domínio visual.	Antropomorfos, motivos geométricos, reticulados, pontuações, digitações, zoomorfos, esteliformes e ramiformes.	6898 6899 7010 7014 7015 7017 7018 7019 2522	Abrigo do Buraca da Pala com preenchimento sedimentar. Ocupação pré-história recente.
17 – Abrigo Pinho Monteiro	1981 – M.V. Gomes e J.P. Monteiro	Alto-Alentejo	Grande abrigo no topo de maciço quartzítico; amplo domínio visual.	Antropomorfos, ramiformes, zoomorfos, soliformes, barras, pontuações, motivos geométricos.	2879	Abrigo com preenchimento sedimentar. Ocupação pré-história recente.
18, 19 e 20 – Abrigos da Ribeira da Cabreira	1994 (?) – Maria de Jesus Sanches	Trás-os-Montes	Pequenos abrigos junto da linha de água.	Motivos geométricos, barras e pontos.	10648	

21 – Abrigo do Ninho do Bufo	2003 – Margarida Ribeiro	Alto Alentejo	Pequeno abrigo no topo maciço quartzítico. Amplo domínio visual.	Pontos, barras e antropomorfo.	19296	
22 – Gruta do Pego do Inferno	2009 (?) – Jorge Oliveira e Clara Oliveira	Alto-Alentejo	Junto Ribeira do Abridongo.	Antropomorfos e ramiformes.		Comunicação oral V Congresso Neolítico e consulta processo DGPC. Sem CNS
23 – Cerro das Lapas	2009 (?) – Jorge Oliveira e Clara Oliveira	Alto-Alentejo		Pinturas esquemáticas.		Comunicação oral V Congresso Neolítico e consulta processo DGPC. Sem CNS
24 – Louções 2	2009 (?) – Jorge Oliveira e Clara Oliveira	Alto-Alentejo	Pequeno abrigo no topo do maciço quartzítico dos Louções. Amplo domínio visual.	Dois antropomorfos.		Comunicação oral V Congresso Neolítico e consulta processo DGPC. Sem CNS
25 – Outeiro das Pratas	2009 (?) – Jorge Oliveira e Clara Oliveira	Alto-Alentejo	Pequeno abrigo.	Pinturas esquemáticas.		Comunicação oral V Congresso Neolítico e consulta processo DGPC. Sem CNS
26 – Abrigo da Senhora da Penha	2009 (?) – Jorge Oliveira e Clara Oliveira	Alto-Alentejo	Abrigo de reduzidas dimensões.	Dois antropomorfos.		Comunicação oral V Congresso Neolítico e consulta processo DGPC. Sem CNS
27 – Ermida da Senhora da Lapa	2009 – Jorge Oliveira e Clara Oliveira	Alto-Alentejo	Abrigo actualmente no interior da ermida.	Antropomorfos, digitações e barras.	32169	Comunicação oral V Congresso Neolítico e consulta processo DGPC.
28 – Lapa dos Coelhoos	1997 – Maria Armada Teixeira	Estremadura – Serra de Aire e Candeeiros	Abrigo numa escarpa, sob a nascente do rio Almonda. Amplo domínio visual.	Ramiforme e pontuações.	23122	
29 – Abrigo do Lapedo	1998 – Pedro Ferreira	Estremadura – Serra de Aire e Candeeiros	Abrigo na margem direita da Ribeira da Caranguejeira. Com reduzido domínio visual.	Antropomorfos e motivo geométrico.	12807	
30 – Abrigo do Vale das Buracas	2012 (?)	Estremadura – Serra de Aire e Candeeiros	Vale das Buracas.	Antropomorfo e outros motivos indeterminados.		Encontra-se publicado, mas não tem CNS.
31 e 32 – Pego da Rainha 1 e 2	2001 – Equipa multidisciplinar Museu de Mação	Beira Baixa – Médio Tejo	Abrigos no topo de maciço quartzítico, com amplo domínio visual e de difícil acesso. Junto de nascentes.	Barras, digitações, semi-círculos e antropomorfo.	20674 20675	
33 – Abrigo Chão do Galego	2010 (?) – Equipa Associação Estudos Alto Tejo	Beira Baixa – Alto Tejo	A meia encosta da Serra das Talhadas.	5 barras.		Encontra-se publicado, mas não tem CNS.
34 – Abrigo do Almourão	2010 (?) – Equipa Associação Estudos Alto Tejo	Beira Baixa – Alto Tejo	Margem direita do rio Ocreza, com visibilidade para as Portas do Ródão.	Digitações, barras, ondulados, possível zoomorfo.		Encontra-se publicado, mas não tem CNS.

35 – Abrigo de Segura	2006 – Luís Nobre	Beira Baixa – Rio Erges	Margem direita rio Erges, num imponente canhão granítico. Abrigo a altitude considerável, de difícil acesso.	Pontuações, soliforme e motivo ovalado.		Inédito. Alvo actual de estudo.
36 – Abrigo do Ribeiro das Casas	2002 – Isabel Magalhães e Carlos Teles	Beira Alta	Junto da margem direita da Ribeira da Pena, num pequeno maciço granítico. Reduzido domínio visual.	Zoomorfo – equídeo e dois antropomorfos.	31587	Em 2006 o abrigo foi vandalizado tendo sido destruída a representação de equídeo.
37 a 45 – Faia	1989 – Francisco Sande Lemos 1995 – equipa do PAVC 2001 – Andrea Martins, Filipa Rodrigues, Marcos Diez, Pedro Souto e João Marício	Beira Alta – Rio Côa	9 abrigos localizados em ambas as margens do rio Côa, numa zona muito encaixada e de difícil acesso. A visibilidade é reduzida, apenas para o próprio rio.	Antropomorfos, zoomorfos, motivos geométricos, soliformes, barras, pectiformes e ramiformes.	Faia 1 – 8478/ 32726 Faia 2 – 32727 Faia 3 – 8480/32738 Faia 4 – 32729 Faia 5 – 8482/32730 Faia 6 – 8483/32731 Faia 8 – 25667 Faia 9 – 17057 Faia 10 – 17065	
46 – Ribeira de Piscos	1995 (?) - PAVC	Beira Alta – Rio Côa	Abrigo nas margens da Ribeira de Piscos, perto da foz com Rio Côa. Localizado à entrada do troço terminal da ribeira.	Antropomorfos.	8471	
47 – Rocha 3 de Vale de Figueira	PAVC	Beira Alta – Rio Côa	Rocha na encosta da Ribeira de Vale de Figueira.	Um antropomorfo.	8469	
48 – Abrigo da Ribeirinha	PAVC	Beira Alta – Rio Côa	Abrigo granítico localizado na margem direita da Ribeirinha, implantando-se a altitude elevada, numa área planáltica. Grande domínio visual.	Antropomorfos e manchas de pigmento.	8484	
49 – Vale de Videiro	PAVC	Beira Alta – Rio Côa	Rocha localizada na vertente de Vale de Videiro, junto da foz com o Rio Côa.	Antropomorfo masculino.	8467	
50 – Monte de São Gabriel	PAVC	Beira Alta – Rio Côa	Junto do topo do Monte de São Gabriel, num afloramento quartzítico. Amplo domínio visual sobre o Vale do Côa.	Motivo geométrico – pectiforme.		Referenciado no site do PAVC. Sem CNS.
51 – Abrigo das Lapas Cabreiras	PAVC	Beira Alta – Rio Côa	Em local destacado, sobranceiro ao Vale do Côa, na base de um maciço granítico. Amplo domínio visual.	Utilização de pigmentos de diversas cores. Pontos, barras, dois antropomorfos e duas representações de mãos		Referenciado no site do PAVC. Sem CNS.
52 – Vale d’Arcos	PAVC	Trás-os-Montes Rio Douro	Grande abrigo quartzítico, perto da foz com o Rio Douro.	Antropomorfos.		Referenciado no site do PAVC. Sem CNS.
53 – Abrigo do Colmeal	2004 – PAVC	Beira Alta	Quatro abrigos junto das margens de pequena ribeira.	Antropomorfos.		Referenciado no site do PAVC. Sem CNS.

54 – Fraga do Gato	1980 – Nelson Rebanda	Trás-os-Montes	Abrigo localizado em grande parede vertical quartzítica. Amplo domínio visual.	Zoomorfo – lontra (?).	14355	
55 e 56 – Abrigo 1 e Abrigo 3 da Ribeira do Mosteiro	1990 (?) – PAVC 2009 – Sofia Figueiredo e Rita Gaspar	Trás-os-Montes	Pequenos abrigos nas encostas da Ribeira do Mosteiro. Amplo domínio visual.	Ramiformes, pontuações e barras.	31749 31750	
57 – Abrigo da Fonte Santa	PAVC	Trás-os-Montes	Na área superior da nascente da Fonte Santa.	Antropomorfos, barras, grelhas, pectiformes, soliformes e zoomorfo.	17724	
58 – Forno da Velha	2005 – equipa projecto Terras Quentes	Trás-os-Montes	Na margem da Ribeira do Rebolal, perto do Rio Sabor. Formado por vários nichos, destacados na paisagem e com amplo domínio visual.	Antropomorfos, zoomorfos, motivos geométricos e ramiformes.	23820	
59 e 60 – Toca da Moura 2 e 3	2004 – João Maurício e Adelaide Pinto	Trás-os-Montes	Abrigo localizado numa escarpa de falha, sem qualquer visibilidade.	Zoomorfo – serpentiforme e mancha de pigmento.	20383 10136	
61 – Abrigo Rio Tua	2008 – equipa EIA da barragem do Tua	Trás-os-Montes	Junto da foz do Rio Tua com o Rio Douro.	Pintura indeterminada.	32516	
62 – Ribeira de Xedal	1997 – equipa do EIA da Barragem do Sabor	Trás-os-Montes Rio Sabor	Pequeno abrigo na margem da Ribeira do Xedal.	Barras e manchas de pigmento.	11415	
63 – Abrigo da Fraga do Fojo 2	1997 – equipa do EIA da Barragem do Sabor	Trás-os-Montes Rio Sabor	Pequeno abrigo localizado no topo da encosta sobranceira ao Rio Sabor. Amplo domínio visual.	Motivos geométricos – reticulados.	11442	
64 – Abrigo da Ribeira de Moinhos	1997 – equipa do EIA da Barragem do Sabor	Trás-os-Montes Rio Sabor	Pequeno abrigo com pala, na margem da Ribeira de Moinhos. Escasso domínio visual.	Motivo geométrico e barra.	11410	
65 – Abrigo da Rocha 2 da Ribeira do Medal	2011 – Equipa prospeção AHBS – Barragem do Sabor	Trás-os-Montes Rio Sabor	Pequeno abrigo quartzítico na margem da Ribeira do Medal. Escasso domínio visual.	Digitações e pontuações.		Trabalhos ainda em curso, sem CNS atribuído.

A inexistência de PRE no litoral, Baixo Alentejo e Algarve, por exemplo, poderá ser explicada pelo motivo referido, sendo assim necessário a realização de projectos que contemplem prospeções sistemáticas e intensivas, direccionadas para a identificação de gravuras e pinturas rupestres. No Algarve apenas encontramos uma breve referência de um abrigo na Quinta do Penedo, em São Bartolomeu de Messines, que apresenta arte esquemática, não sendo referido se são gravuras ou pinturas, qual a iconografia presente ou a localização do abrigo (Gomes, 2002, p.173; 2007, p.123), não surgindo também referenciado na base de dados Endovélico. Não é crível, no estado actual da investigação, que as lacunas obser-

vadas na distribuição geográfica da PRE se devam a contingências particulares das comunidades neo-calcolíticas (isto é, a factores culturais), devendo aquelas lacunas ser portanto encaradas como deficiências na adequada prospeção desses territórios. O panorama da historiografia da PRE em Portugal, que à partida pareceria revelar um panorama desolador, revela afinal que talvez nos encontremos numa fase de mudança, onde, devido a factores vários, surgem oportunidades de realização de estudos inéditos, os quais acabam nas mãos de jovens investigadores. Esta democratização dos estudos na arte rupestre portuguesa terá necessariamente de ser acompanhada de uma maior especialização técnica e

académica dos profissionais respectivos, que devem buscar a produção de estudos sistemáticos e científicos, tentando transportar a “arte rupestre” para o centro dos estudos sobre Pré-História de Portugal, articulando-a em pé de igualdade com as outras realidades arqueológicas.

3. O ESPAÇO NATURAL E A SUA TRANSFORMAÇÃO EM ESPAÇO ANTROPORIZADO

A PRE encontra-se em diversos tipos de suportes, sendo predominantes em pequenos abrigos ou lapas, por vezes ocultos (Toca da Moura ou Lapa dos Louções), mas também em painéis verticais totalmente expostos (Faia ou Pego da Rainha 1) (Figuras 1 e 2). Os grandes abrigos, locais que poderiam albergar dezenas de pessoas, são mais raros (Lapa dos Gaivões) (Figura 3), existindo outros onde os grupos poderiam ser mais pequenos (Fraga d’Aia, Igreja dos Mouros, Pala Pinta). O substrato geológico condiciona apenas o estado de conservação, sendo esta uma das razões da predominância de pinturas em substratos quartzíticos e graníticos, tornando-se muito residuais as existentes em áreas geográficas calcárias (Lapa dos Coelhos, Abrigo do Lapedo e Abrigo do Vale das Buracas).

Os espaços naturais (abrigos, paredes verticais) são alvo de um processo de selecção baseada na estratégia territorial de cada comunidade/grupo. Após esta escolha são transformados num espaço cultural, onde foram efectuadas pinturas rupestres, que correspondem por vezes ao único vestígio arqueológico preservado. Este espaço cultural faria assim parte da comunidade, que o utilizaria consoante a sua finalidade específica e que estaria enquadrado num espaço geográfico estruturado. A apropriação da natureza seria assim efectuada por estas comunidades pré-históricas através do domínio simbólico de determinados locais específicos na paisagem. A partir dos modelos criados por Julian Martínez Garcia (1998), podemos preliminarmente definir para os abrigos com arte esquemática pintada no território português 4 tipos de localização específica, correspondentes a distintas estratégias culturais que modificam um espaço natural:

1 – Sítios de Cume ou topo, apresentando um amplo domínio visual da paisagem, localizados no topo de elementos geográficos, sendo facilmente observá-

veis a média e longa distância. Alguns são de grandes dimensões como o Buraco da Pala ou o Abrigo Pinho Monteiro, outros mais pequenos como Penas Róias, sendo o reportório iconográfico muito variado (Figuras 4 e 5).

2 – Sítios de Montanha ou de visão ampla, apresentando um amplo domínio visual da paisagem, localizados na encosta de elevações, ou próximo de linhas de água e nascentes. Nesta tipologia podemos enquadrar, entre outros, a Lapa dos Coelhos, Pego da Rainha (Figura 2), Igreja dos Mouros, Fraga d’Aia, Ribeira do Mosteiro, Lapas Cabreiras, Lapa dos Gaivões, Pala Pinta ou Abrigo da Fraga do Fojo.

3 – Sítios de Passagem ou de visão limitada, localizados nas margens linhas de água ou de pequenos vales, com dispositivo iconográfico que pode ser reduzido, sendo geralmente de pequenas dimensões e com acesso limitado. Exemplos desta tipologia são o Abrigo do Lapedo, Abrigo do Ribeiro das Casas, Abrigo do Vale das Buracas, Faia (Figura 1), Abrigo da Ribeira de Moinhos, Abrigo da Foz do Medal, Abrigo do Rio Tua, Cachão da Rapa ou Ribeira de Piscos.

4 – Sítios ocultos ou de visão inexistente, localizados em locais de acesso muito restrito e difícil, totalmente ocultos, com pouca ou nenhuma incidência solar directa. O dispositivo iconográfico pode ser muito reduzido como no Abrigo de Segura ou na Toca da Moura, ou muito diversificado como na Lapa dos Louções (Figura 6).

A localização num mesmo espaço geográfico de diversos abrigos, com as mesmas características de implantação, ou, tendo um mesmo elemento geográfico como eixo orientador, originam a definição da categoria de Sítios Complexos ou Rituais. No nosso território (ao contrário do que sucede em Espanha) existem poucas concentrações de abrigos com PRE num mesmo espaço geográfico, sendo de destacar o núcleo da Faia, o núcleo dos abrigos de Arronches e o núcleo da Serra de Passos em Mirandela (Figura 7).

As manifestações gráficas destas primeiras comunidades agro-pastoris apresentam clara ruptura com as figuras paleolíticas, resultado de uma alteração do sistema económico, social e climático. Relativamente à arte esquemática pintada, podemos preliminarmente definir duas fases: a arte esquemática semi-naturalista, com representações zoomórficas de grandes dimensões que evocam a imaginética paleolítica e onde a figura humana sur-

ge com os seus atributos formais definidos. Desta fase são exemplo a Faia no Vale do Côa (Figura 8), alguns motivos da Lapa dos Gaivões (Arronches), a cena de caça da Fraga d'Aia, o motivo zoomórfico pintado a vermelho da Fraga do Gato e o Abrigo do Ribeiro das Casas (Malhada Sorda, Almeida). Cronologicamente trata-se de uma fase antiga do Neolítico (VI-V milénio a.C.).

Com a consolidação do sistema agro-pastoril, surge a segunda fase: a da arte esquemática ideográfica. O modelo conceptual do território volta a alterar-se e com ele o subsistema simbólico, que alcança um elevado grau de esquematismo, transformando-se as representações em ideogramas. A figura humana perde os seus atributos formais, surgindo isolada sem referências espaciais, e os motivos abstractos tornam-se preponderantes. Desta segunda fase, são exemplos o Abrigo Pinho Monteiro, Penas Róias (Figura 9), Cachão da Rapa, Pala Pinta, Ribeira do Mosteiro, Fonte Santa, alguns painéis da Lapa dos Gaivões, a Lapa dos Louções e a Igreja dos Mouros, a segunda fase do Abrigo do Ribeiro das Casas, os antropomorfos da Fraga d'Aia, o ramiforme da Lapa dos Coelhoos, o Abrigo do Lapedo, o Pego da Rainha ou o Abrigo de Segura. Esta fase terá início em finais do V milénio a.C., prolongando-se até ao III milénio a.C., acompanhando assim as transformações efectuadas entre o final do Neolítico e o início do período Calcolítico.

4. UM LONGO CAMINHO A PERCORRER: CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este breve texto pretende ser o ponto de partida para uma abordagem exaustiva aos sítios com PRE no território Português. Diversos aspectos terão necessariamente de ser abordados, não podendo surgir descontextualizados e sem bases crono-culturais, realizando a sua integração num determinado contexto arqueológico. A abordagem deverá partir de estudos regionais, numa escala mais pequena, partindo posteriormente para a sua integração num determinado território. O objectivo final será uma aproximação aos programas conceptuais destas comunidades pré-históricas, que através da marcação em determinados locais, de determinados símbolos, transformaram o espaço natural num espaço antropizado. Passados mais de 150 anos da identificação do primeiro sítio com PRE as problemáticas

continuam actuais e por definir: quem realizou aquelas pinturas? com que objectivo? e porquê? É nosso objectivo encontrar estas respostas ou pelo menos algumas.

Lisboa, Junho de 2013

BIBLIOGRAFIA

BREUIL, Henri (1933-1935) – *Les Peintures Rupestres Schématiques de la Péninsule Ibérique, Vol. I – Au Nord du Tage, Vol. II – Bassin du Guadiana, Vol. III – Sierra Morena, Vol. IV – Sud-Est et Est de l’Espagne*, Imprimerie de Lagny.

GOMES, Mário Varela (2002) – Arte rupestre em Portugal – perspectiva sobre o último século, *Arqueologia e História, Arqueologia 2000 – Balanço de um Século de Investigação Arqueológica em Portugal*, nº 54, Associação dos Arqueólogos Portugueses, Lisboa, p.139-194.

GOMES, Mário Varela (2007) – Arte Rupestre em Portugal – os últimos 25 anos, *Al-madan*, IIª série, nº 15, Centro de Arqueologia de Almada, Almada, p. 120-124.

HERNÁNDEZ PÉREZ, Mauro (2009) – Arte Rupestre Post-paleolítico en el Arco Mediterráneo de la Península Ibérica. Balance de 10 anos de descubrimientos y estudios, José Antonio López Mira, Rafael Martínez Valle y Consuelo Matamoros de Villa (eds.), *El Arte rupestre del Arco Mediterráneo de la Península Ibérica – 10 anos en la Lista del Patrimonio Mundial de la UNESCO – Actas del IV Congreso*, Generalitat Valenciana, Valencia, p. 59-79.

MARTÍNEZ GARCÍA, Julian (1998) – Abrigos y accidentes geográficos como categorías de análisis en el paisaje de la pintura rupestre esquemática. El sudeste como marco, *Arqueologia Espacial*, 19-20, p. 543-561.

MOURE ROMANILLO, Alfonso (1999) – *Arqueología del Arte Prehistórico en la Península Ibérica, Arqueología Prehistórica*, 3, Editorial Síntesis, Madrid, 207 p.

SILVA, Joaquim Possidónio da (1887) – Explicação da Estampa, *Boletim da Real Associação dos Architectos Civis e Archeólogos Portuguezes*, série 2, tomo V, nº 5, Real Associação dos Architectos Civis e Archeólogos Portuguezes, p. 78-80.



Figura 1 – Faia (PAVC – rio Côa) – painel vertical com pinturas.



Figura 2 – Pego da Rainha 1 (Mação) – localização destacada na paisagem.



Figura 3 – Lapa dos Gaivões (Arronches) – abrigo de grandes dimensões.



Figura 4 – Abrigo Pinho Monteiro (Arronches) – visibilidade para planície alentejana.



Figura 5 – Penas Róias (Mogadouro) – abrigo no topo de maciço rochoso.

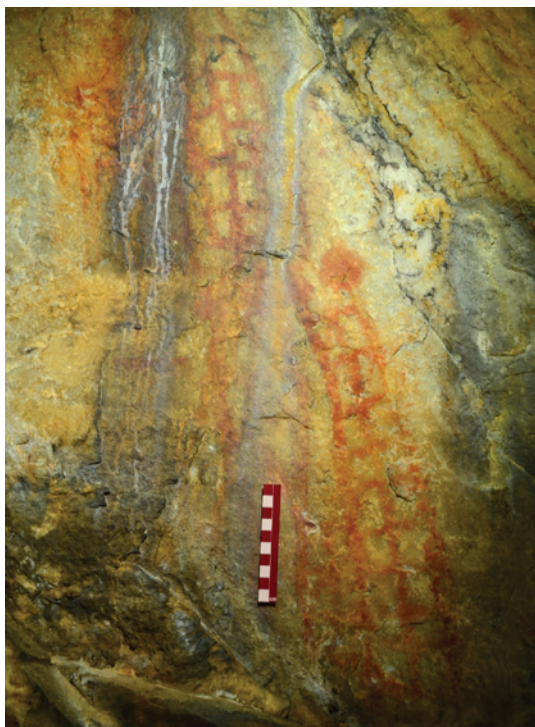


Figura 6 – Lapa dos Louções (Arronches) – motivos reticulados.



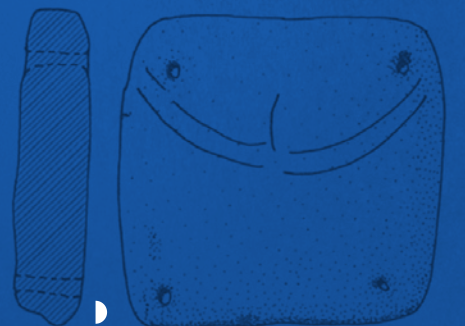
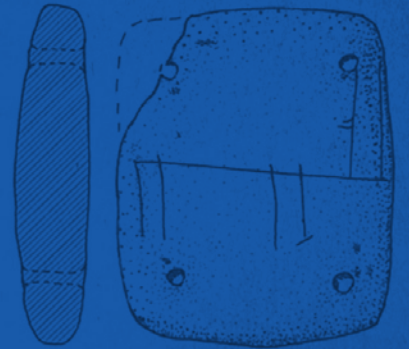
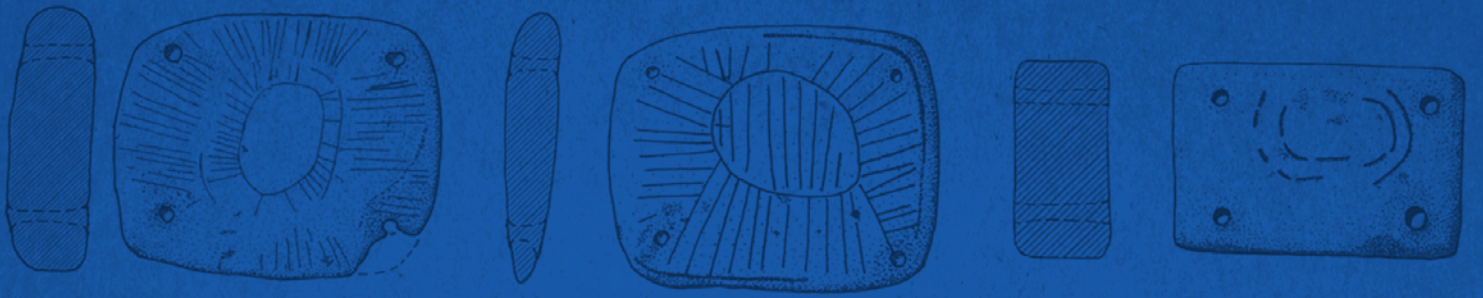
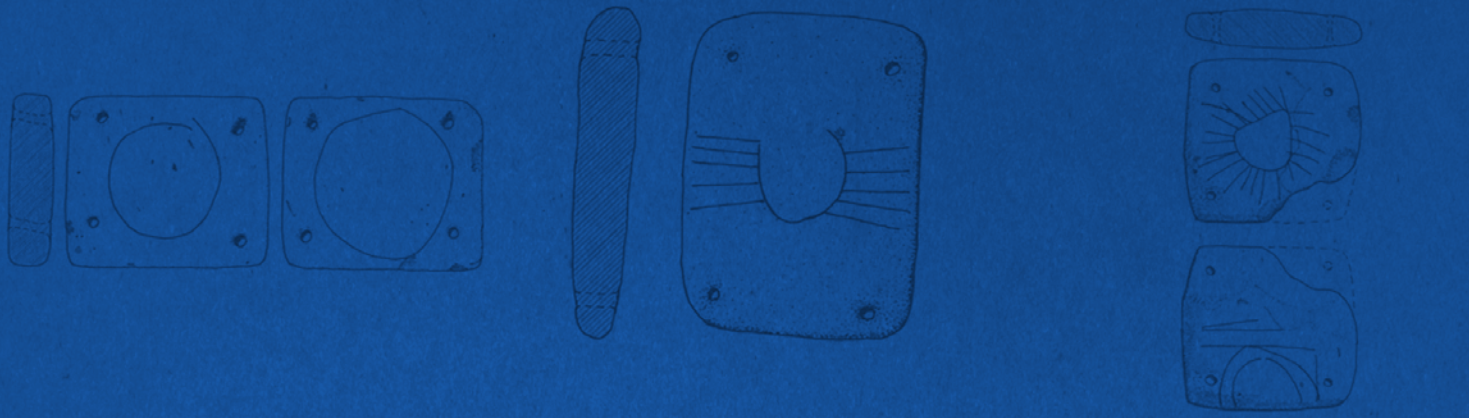
Figura 7 – Serra de Passos (Mirandela), destacando-se o Buraco da Pala.



Figura 8 – Faia 1 (PAVC – rio Côa) – motivos zoomórficos.



Figura 9 – Penas Róias (Mogadouro) – antropomorfos esquemáticos.



FUNDAÇÃO
Millennium
bcp

BNP
BIBLIOTECA
NACIONAL
DE PORTUGAL

 GOVERNO DE
PORTUGAL


Parques de Sintra
Monte da Lua